

Alguns aspectos da situação económica em Moçambique durante os anos

1974-1975

Manuel Brandão Alves

A evolução da situação económica em Moçambique durante este período é uma resultante de um complexo jogo de forças internas e externas, de que destacaremos a conjugação duma economia estruturada em moldes tipicamente coloniais com o êxodo duma percentagem apreciável da sua mão-de-obra qualificada.

10.1 - Preliminares

O período de 1974-1975 constitui inegavelmente um período de perturbação significativa na evolução da economia colonial. Quando uma qualquer economia é submetida a perturbações importantes torna-se difícil, e provavelmente destituído de sentido, realizar análises económicas de conjuntura, pelo menos nos termos e com os instrumentos habitualmente utilizados para o efeito. Qualquer que tenha sido a originalidade da descolonização portuguesa em Moçambique, ela não deixou por isso de ser descolonização, com todas as características que lhe são inerentes de perturbação grave na conjuntura e no desenvolvimento das actividades, não apenas as de cariz colonial, mas igualmente as actividades tradicionais, mais ou menos ligadas à economia colonial.

Com a desestruturação da economia colonial criam-se condições para a abertura dos fundamentos de uma nova economia, que não podia negar o passado, mas teria de procurar novas vias para o seu futuro. As desestruturações são movimentos que se processam com grande rapidez e que destroem todas as bases de uma análise de conjuntura convenientemente quantificada. Os indicadores de conjuntura deixam de estar disponíveis e mesmo quando o estão, não se lhes pode atribuir o mesmo significado que em período de evolução normal da conjuntura.

Para o período 1974-1975 os indicadores estatísticos disponíveis para Moçambique, são precisamente os mesmos que os referidos a períodos anteriores. Possuem por isso as características que acima referimos. Procuraremos, na análise que a seguir se desenvolverá, caracterizar a situação económica, mais do que fazer uma análise de conjuntura em termos tradicionais. Não se estranhará por isso que possam surgir apreciações mais de carácter qualitativo que de carácter quantitativo. Veremos que durante o período em análise as perturbações de conjuntura não podem ser consideradas extraordinariamente graves quando apreciadas através dos indicadores habituais. Não podem, no entanto, deixar de serem tidos em conta outros sinais que são reveladores de transformações estruturais, que inevitavelmente teriam de se verificar.

Começaremos por apresentar um quadro de análise que procuraremos interpretar e pôr em movimento nas secções seguintes.

10.2 - Um quadro de análise.

Não é pelo facto de uma qualquer disposição legal ter obrigado a que Moçambique deixasse de se chamar colónia para se chamar «província ultramarina» que a sua economia deixou de se estruturar como economia colonial. A economia da «província ultramarina» continuou a desenvolver-se segundo a boa lógica da economia colonial, embora aí se instalassem e nascessem muitos e bons portugueses.

* Comunicação não apresentada oralmente por dificuldades de tempo. Foram-lhe feitas referências na exposição do Almirante Vítor Crespo.

Como componentes importantes da economia Moçambicana consideraremos o sector tradicional, o sector europeu e o exterior. Entre eles verificam-se relações de dependência e interdependência de grau mais ou menos intenso. Qualquer perturbação num deles tem necessariamente repercussões sobre os outros, que podem ser de maior ou menor importância, segundo o tipo de variáveis em que essas perturbações incidem.

Em termos gráficos as relações entre os vários subsistemas podem ser representadas através da Figura seguinte:

Veremos com algum detalhe o conteúdo destas relações. Antes disso vejamos alguns exemplos.

O sector tradicional relaciona-se com o exterior através das migrações de mão-de-obra, essencialmente para as minas da África do Sul. O sector tradicional, fornece ao sector europeu mão-de-obra e matérias-primas e, recebe produtos acabados e remunerações. O sector europeu relaciona-se, por sua vez, com o exterior através de exportações de bens predominantemente agrícolas, de importações de matérias-primas, de produtos acabados e transferências de rendimentos de factores de origem europeia ou africana.

Começemos por especificar com um pouco mais de detalhe o conteúdo de cada um dos sectores. Consideramos que os dois principais critérios de distinção entre o sector tradicional e o sector europeu são a tecnologia empregue e as necessidades de mão-de-obra que exige. O sector tradicional utiliza, técnicas de produção autóctones e rudimentares e, mão-de-obra não qualificada e não assalariada. O sector europeu utiliza em geral técnicas importadas, mão-de-obra qualificada de origem europeia e mão-de-obra não qualificada proveniente do sector tradicional.

Habitualmente designa-se por sector moderno o que aqui chamamos por sector europeu. Procuramos evitar essa designação por ela possuir conotações com processos de produção que, já não são avançados nas economias ditas desenvolvidas e também não o são necessariamente nas economias ditas subdesenvolvidas.

É difícil quantificar a importância relativa de cada um dos sectores. Os elementos estatísticos disponíveis referem-se quase exclusivamente ao sector europeu, e os raros elementos referentes ao sector tradicional, são-no de produções que de algum modo encontram mercado ou escoamento através do sector europeu.

Em cada um dos sistemas podem identificar-se dois subsistemas a que atribuiremos a mesma designação, mas que possuem tipos de comportamento distintos: as famílias e o subsistema produtivo.

No sector tradicional a integração entre os dois subsistemas é muito mais forte que no sector europeu. Na Figura 2 encontram-se descritas., ainda que simplificada as relações entre os dois sectores e destes com o exterior, através das relações entre os seus subsistemas. Por facilidade de representação inclui-se no subsistema produtivo do sector moderno a sua componente de «Administração Pública». Apenas se retiveram os fluxos físicos e não os fluxos monetários ou financeiros que são a sua contrapartida. Igualmente não se fez a representação de outros fluxos monetários ou financeiros que não são contrapartida imediata de bens ou serviços prestados. E o caso do pagamento de impostos ou de factores produtivos que não são por eles imediatamente recebidos: pagamento em ouro feito pela África do Sul em contrapartida da mão-de-obra negra a trabalhar nas minas.

Vejamos o conteúdo de cada um dos fluxos.

- 1 - Mão-de-obra: emigração para as minas sul-africanas, cuja remuneração era feita parcialmente em ouro, vertido directamente a administração.
- 2 - Matérias-primas e produtos acabados: matérias-primas para a indústria transformadora (de reduzida importância) e produtos acabados para exportação, embora sujeitos a algum processo de transformação no sector europeu (caju por ex.).
- 3 - Pessoal doméstico: pessoal de origem africana trabalhando no domicílio de famílias europeias.
- 4 - Mão-de-obra: não qualificada, de origem africana, que vende a sua força de trabalho no subsistema produtivo do sector europeu.
- 5 - Produtos: bens de consumo corrente, em geral alimentos, vestuário e pequenas alfaias agrícolas.
- 6 - Mão-de-obra: qualificada, de origem europeia, trabalhando na agricultura e na indústria.
- 7 - Produtos: bens de consumo corrente e duradouro.
- 8 - Matérias-primas e produtos alimentares: exportação de produtos com um grau de transformação reduzido(caju e algodão) ou já significativo (açúcar e oleaginosas).
- 9 - Matérias-primas e bens de equipamento: bens indispensáveis ao funcionamento, a curto e médio prazo, do subsistema produtivo (petróleo bruto e bens de equipamento, etc.).
- 10 - Mão-de-obra: de tipo familiar trabalhando no subsistema produtivo do sector tradicional.
- 11 - Produtos: resultantes da agricultura de subsistema.

O esquema que acaba de ser apresentado é típico de um sistema colonial, com todas as suas vantagens, inconvenientes e contradições. Embora estivesse necessariamente comprometido a longo prazo, verificou-se ser capaz de alguma viabilidade funcional, a curto e médio prazo, o que apenas veio a ser posto em causa pelo aparecimento de elementos exógenos que comprometeram o funcionamento de alguns dos seus mecanismos de interdependência.

A guerra e a descolonização que se lhe seguiu, foram os elementos exógenos principais que, vieram quebrar algumas dessas interdependências e conseqüentemente pôr em causa a coerência de todo o sistema colonial. Isto não significa, como se referiu, que as dificuldades de viabilização do sistema colonial devam ser imputadas a descolonização. Pelo contrário, essas dificuldades são o custo da interrupção antecipada do desenvolvimento do sistema. Tais custos são, não se pode esquecê-lo, muito inferiores aos que a sociedade moçambicana deveria suportar, se se deixasse o sistema evoluir «naturalmente» até à sua «queda final».

Os elos de interdependência que mais rapidamente vieram a sofrer as consequências da descolonização foram os identificados com os números 6, 8 e 9. A mão-de-obra de origem europeia, pressentindo incertezas quanto ao seu futuro de integração na sociedade nova que desabrochava, começou a regressar ao território de origem. O clima de pânico criado à volta deste regresso criou condições para que entrasse em crise a laboração do subsistema produtivo do sector europeu. Um grande número de empresas começou a ter perspectivas de funcionamento difícil ao ver aproximar-se a partida dos seus melhores quadros técnicos.

A crise na laboração necessariamente que se iria repercutir sobre o volume e o valor das exportações, agravando assim a já crónica incapacidade do território para o acesso a meios de pagamento externos, primeira condição para que se pudesse realizar a indispensável importação de matérias-primas, bens alimentares e bens de equipamento.

O choque assim recebido pelo subsistema produtivo, amplificou-se ao longo de várias cadeias de interdependência. Só uma vontade política muito forte e uma intensa campanha de mobilização das populações seria capaz de superar a situação criada e fornecer as bases de uma nova economia.

Procuraremos observar com algum pormenor, não necessariamente quantificado, o impacto que, sobre alguns dos indicadores de conjuntura habitualmente utilizados, tiveram os elementos que acabamos de referir. Passaremos assim a analisar aspectos da conjuntura, tais como: produção, emprego, investimento e situação externa.

10.3 - A produção

Não existem indicadores que permitam afirmar, com segurança, a existência de variações da produção importantes durante o período em análise. Os elementos habitualmente disponíveis são-no com elevados períodos de defasamentos, o que impossibilita o exercício de qualquer acção correctiva em tempo oportuno. Existem contudo alguns sinais sobre o comportamento dos agentes económicos que antecipam, a médio prazo, uma deterioração significativa dos níveis de produção da grande maioria das actividades económicas.

Um diversificado conjunto de factores pode explicar essa deterioração. A sua origem pode encontrar-se quase sempre na partida, mais ou menos precipitada, dos quadros e agentes económicos empresariais de origem europeia. Vamos procurar reunir alguns elementos sobre o comportamento da produção, na agricultura, nas pescas, na indústria e nos serviços.

10.3.1 - Agricultura

Quer na agricultura de tipo empresarial, quer na agricultura de tipo familiar começaram a verificar-se sinais de crise potencial desde o Outono de 1974. O consumo de adubos diminuiu em cerca de 50%. Os adubos eram utilizados sobretudo nas grandes plantações que, simultaneamente faziam recurso a elevados contingentes de mão-de-obra africana. A redução do consumo de adubos constitui um indício de diminuições de produção, senão em termos quantitativos, pelo menos em termos qualitativos. Quando a diminuição da produção se verifica em termos quantitativos arrasta consigo a criação de desemprego para populações em muitos casos já desenraizadas das suas culturas tradicionais e conseqüentemente a aparição do espectro da fome e da miséria.

A diminuição da utilização de adubos ficou a dever-se na maioria dos casos, à partida do empresário, já sem a suficiente confiança no futuro, para poder arriscar o investimento em adubos. Outros elementos podem apontar em sentido diverso. Diminuiu substancialmente o crédito ao investimento mas, simultaneamente aumentou o crédito de campanha. Este facto não contraria a hipótese anterior se os créditos concedidos não tiverem sido efectivamente utilizados para o fim original. Não temos elementos para o poder confirmar ou infirmar.

As culturas tradicionais, tais como o caju, o algodão, o milho ou a mandioca, também estiveram sujeitas a perspectivas importantes de diminuição de produção. Esta diminuição não tem contudo um comportamento homogéneo ao longo de todo o território. Na grande maioria dos casos o comportamento da produção está ligado a factores de incerteza que se fizeram sentir tanto no sector europeu como no sector tradicional. Neste último não bastou muitas vezes a mobilização à volta de motivações de ordem política ou ideológica.

A diminuição da produção repercutiu-se sobre a alimentação das populações e sobre a capacidade de exportação do país. A diminuição das exportações foi particularmente sensível para o caju. Nalguns casos esta diminuição das exportações está mais associada a variações na qualidade dos produtos do que na sua quantidade.

Uma análise produto a produto revelaria comportamentos diversificados, mas quase sempre no sentido da baixa. Um dos produtos onde se pensa terem havido aumentos de produção foi o açúcar mas, ela deve ficar a dever-se sobretudo a expansão recente das áreas de cultivo.

10.3.2 - Pecuária

O número de cabeças de gado era sensivelmente idêntico no sector tradicional e no sector europeu embora, como se sabe o seu significado económico não seja o mesmo em ambos os sectores. A pecuária foi um dos ramos de actividade que se revelou mais sensível às perturbações que acompanharam a descolonização. Tanto no sector tradicional como no sector europeu, tomaram-se frequentes os assaltos e destruição de manadas, com o único objectivo de criar pânico e sentimentos de insegurança entre as populações.

Não raras vezes foi alcançado esse objectivo, o que levou os empresários europeus e os criadores tradicionais a venderem o gado ao desbarato de modo perfeitamente indiscriminado. Vendiam-se de igual modo crias e animais em condições de abate. Não faltou o abastecimento de carne às zonas urbanas mas isso teve como contrapartida a destruição das bases de desenvolvimento de uma das actividades com futuro mais promissor em Moçambique.

10.3.3 - Pesca

A pesca constitui uma outra actividade com que Moçambique mais pode contar para o seu desenvolvimento futuro. Muitos equipamentos estiveram, contudo sujeitos a operações de sabotagem e destruição, nomeadamente nos portos onde esses equipamentos eram mais evoluídos. Foi o caso dos acontecimentos então verificados nos portos de Morna e António Enes.

A produção ficou assim e durante algum tempo comprometida. Existiam no entanto perspectivas de recuperação a curto prazo. Trata-se de uma actividade cujo crescimento é praticamente ilimitado, quer em termos de recursos, quer em termos de mercado, interno e externo.

10.4 - Indústria

Como é conhecido, a indústria transformadora constituiu o veículo privilegiado de dependência da economia moçambicana em relação ao exterior: pela tecnologia, pela mão-de-obra, pelas matérias-primas muitas vezes importadas e pela exportação de produtos. Foi também aí que a descolonização mais fez sentir os seus efeitos negativos.

Se recordarmos a Figura 2, e o modo como o subsistema produtivo do sector europeu se encontrava ligado aos outros subsistemas, fácil é concluir que, qualquer perturbação na indústria se repercutiria, a mais ou menos longo prazo sobre o conjunto da economia moçambicana. Essa repercussão poderia ser redutora ou amplificadora. Infelizmente verificou-se que, pelo menos durante o período inicial, os efeitos amplificadores superaram os redutores.

Veio a revelar-se que a indústria tinha na economia moçambicana um peso psicológico superior ao seu peso real. Com todas as reservas que possa merecer uma estimação do seu valor relativo, pensa-se que a indústria pode representar entre 10 a 15% do PIE. Contudo a sua localização fez-se por excelência nos centros urbanos e aí, o seu peso no conjunto das actividades é naturalmente superior. Em termos psicológicos, qualquer perturbação na actividade industrial imediatamente se repercute sobre o conjunto da zona urbana, europeia e africana, e seguidamente por efeito de amplificação para a zona rural.

Regressemos à Figura n.º 2. Quando o fluxo n.º 6 é perturbado, isto é quando a mão-de-obra de origem europeia se sente insegura quanto as expectativas que tem do futuro, suspende a sua participação na actividade produtiva e começa a pensar em regressar ao território de origem. Uma grande parte desta mão-de-obra é constituída por quadros qualificados que, deixando de participar no processo produtivo, inviabiliza a possibilidade de se poder continuar a produzir segundo as quantidades e a qualidade normais.

Num primeiro momento, a diminuição da produção vai tornar incerto o abastecimento do mercado interno (7) e fazer diminuir as exportações. Seguidamente, vai faltar a liquidez necessária para pagar a mão-de-obra africana (4), sobretudo quando acompanhada de aumentos de salários que as empresas não estavam preparadas para suportar, e para a compra de matérias-primas (2 e 9).

O desemprego assim gerado vai restringir o mercado interno, reduzindo a possibilidade de escoamento de produtos. Com a partida dos europeus, diminui igualmente o pessoal doméstico a trabalhar nas zonas urbanas.

A diminuição das exportações provoca, por outro lado, a diminuição dos meios de pagamentos externos, impossibilitando o abastecimento normal do país em matérias-primas e fontes de energia para indústria e em bens de consumo final. Com os mecanismos económicos a funcionar em condições deficientes, os empresários abandonam os seus projectos de investimento. Em muitos casos, mesmo se os projectos não são abandonados, não há capacidade para importar os bens de equipamento que se tornavam necessários.

Nas zonas urbanas e de grandes plantações a grande maioria da população africana tinha adquirido já hábitos de mercado, estando por isso dependente do seu salário para a sua subsistência. A situação de desemprego entretanto criada cortando as populações das suas fontes de rendimento era assim geradora de conflitos e distúrbios potenciais.

A apresentação que acaba de ser feita não pode nem deve ser generalizada ao conjunto das empresas. Ela procura apenas explicitar algumas das razões de instabilidade social e política que se viveu em Moçambique durante o período do Governo de Transição e que impossibilitou que a conjuntura e os mecanismos económicos funcionassem adequadamente.

É ela que justifica algumas medidas de intervenção directa na gestão de algumas empresas e as variadíssimas medidas e intervenções tomadas pelo Alto-Comissário, com vista a desdramatizar o clima de instabilidade que se vivia e de que se fala nouro ponto desta comunicação.

A descrição dos mecanismos económicos que acabamos de fazer acima, mostra mais uma vez a fragilidade dos mecanismos da economia colonial, em particular a sua incapacidade para, progressivamente absorver o sector tradicional e para, criar entre a população africana os quadros técnicos e administrativos capazes de, em igualdade de condições com os quadros europeus, poderem assumir as responsabilidades

da condução autónoma dos destinos da economia moçambicana.

Quaisquer que fossem as circunstâncias, a mais ou menos longo prazo seriam sempre os africanos de cor e de coração quem viria a definir o futuro de Moçambique. Contudo, muitos sacrifícios, perdas humanas e tempo inutilmente desperdiçado poderiam ter sido evitados, se a ridícula figura da «integração multirracial» tivesse podido ser destruída mais cedo.

Poderá depois de todo este conjunto de considerandos perguntar-se, onde estão afinal as indústrias moçambicanas. Infelizmente, e apesar da importância que acima lhes demos, elas pouco mais eram do que as indústrias agrícolas, a indústria extractiva, a indústria têxtil, a indústria de madeira, a refinaria de petróleo e os cimentos.

As indústrias agrícolas sofreram o impacto da diminuição da produção agrícola e da desorganização do sistema de transportes que impossibilitou o escoamento normal dos produtos.

As indústrias extractivas foram também extraordinariamente sensíveis à desorganização do sistema de transportes, em particular nos portos e nos caminhos-de-ferro.

A indústria têxtil, pelo menos numa primeira fase, não sofreu o mesmo impacto negativo que as restantes actividades.

Esse comportamento não se estendeu, no entanto às indústrias de vestuário, sabões e óleos.

Na indústria do cimento a redução da actividade verificada ficou a dever-se aos factores genéricos já apontados, mas também à crise da construção civil e à diminuição do consumo de cimento com a finalização das obras de Cabora Bassa. Alguns mercados alternativos foram entretanto encontrados no exterior, mas não foi possível organizar os caminhos-de-ferro de modo a poder transportar o cimento até aos portos de embarque.

10.5 - Serviços

Neste ponto referir-nos-emos apenas às actividades de construção civil, comércio e transportes, por serem as de maior significado na economia moçambicana. A construção civil pode normalmente ser considerado um termómetro dos mais sensíveis à evolução da conjuntura. A sua importância fazia-se sentir sobretudo nas zonas urbanas. Tendo sido aí que com maior peso se fez sentir a crise, a construção civil foi uma das actividades que em primeiro lugar sentiu os efeitos da diminuição da produção.

Três razões principais para isso contribuíram: a falta de confiança dos empresários, a crise na venda dos edifícios concluídos e a impossibilidade de terminar os edifícios quase concluídos por falta de materiais, na sua maioria importados.

A actividade comercial também diminuiu substancialmente devido a uma multiplicidade de factores de que convém destacar: a partida dos empresários comerciais, a desorganização do sistema de transportes e a falta de produtos comercializáveis. Todos estes factores se fizeram sentir, com maior ou menor intensidade, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais.

Os dois primeiros factores foram particularmente responsáveis pela desorganização dos circuitos comerciais, do e para o interior. Não se pode esquecer que eram os pequenos comerciantes do interior que asseguravam, na grande maioria dos casos, não apenas a distribuição de alimentos, vestuário e outros bens essenciais, mas também o escoamento dos produtos do subsistema produtivo do sector tradicional.

10.6 - Emprego

Os comentários que faremos sê-lo-ão na perspectiva do desemprego. Não existem estimativas seguras sobre o seu valor. O seu aumento está no entanto estreitamente relacionado com a diminuição da produção que, como vimos, se fez sentir sobretudo nas zonas urbanas e nas grandes plantações.

Nas zonas urbanas o sector de actividade que mais deve ter contribuído para o aumento do desemprego foi sem dúvida a construção civil, que absorvia elevados contingentes de mão-de-obra não qualificada. No entanto, também noutras actividades muitas empresas se viram obrigadas a criar desemprego porque as empresas, ou não podiam funcionar sem os técnicos que entretanto tinham partido ou estavam em vias de o fazer, ou não tinham as matérias-primas indispensáveis à laboração, ou se encontravam em situação de insolvência, sem liquidez para satisfazer os compromissos perante a mão-de-obra, etc. ... De qualquer modo, julga-se que em fins do 1.º trimestre, princípios do 2.º trimestre de 1975, o desemprego no subsistema produtivo do sector europeu, poderá ter atingido 50% da mão-de-obra activa.

10.7 - Investimento

Os factores que condicionaram a evolução da produção condicionaram no mesmo sentido a evolução do investimento. A iniciativa do investimento pertencia ou ao empresário europeu ou às entidades públicas, neste caso e quase sempre para a realização de investimentos de infra-estruturas ou outros investimentos de apoio. Tanto um como outro sofreram duros golpes durante este período.

Durante os anos 1974/1975 não apareceram projectos significativos de novos empreendimentos, e os que já estavam projectados ou em curso de execução, foram de algum modo suspensos ou adiados, na expectativa de melhores oportunidades. No sentido de criar um clima de maior optimismo face ao futuro, o Governo de Transição procurou, através de intervenções de carácter marcadamente político, incutir alguma esperança junto dos empresários. Nem sempre estas intervenções tiveram o sucesso que as autoridades

esperavam, uma vez que face às novas circunstâncias era difícil tomar compatíveis as expectativas dos empresários com as possibilidades reais de actuação do Governo, no domínio da política económica.

10.8 - Relações com o exterior

São conhecidas as tradicionais dificuldades em meios de pagamentos externos das duas colónias, Angola e Moçambique. Para isso contribuíram entre outros factores os seguintes:

- 1 - O principal parceiro económico era a «Metrópole».
- 2 - A inexistência de uma moeda única para o conjunto do espaço português e colonial.
- 3 - A assunção pela «Metrópole» do controle do conjunto dos meios de pagamento com o exterior.

As relações de tipo colonial em termos, de transacções de bens e serviços, de transferências de rendimentos de factores e de transacções de capital conduziram, como outra coisa se não poderia esperar, ao endividamento progressivo das economias das colónias em relação à economia da «Metrópole». Esse endividamento está na origem do aparecimento do conhecido fenómeno dos «atrasados». Tratava-se de compromissos assumidos pelas colónias perante o exterior («Metrópole») que elas não estavam em condições de poder satisfazer. Facilitar a satisfação dos atrasados constituía assim, para a «Metrópole», um meio eficaz para a subordinação da economia das colónias aos interesses do país colonizador ...

As dificuldades assim criadas às colónias foram-se agravando progressivamente ao ponto de, no período do Governo de Transição, se poder falar não, de «atrasados», mas antes de «adiantados», na medida em que qualquer transacção com o exterior, em lugar de seguir a via normal das aberturas de crédito, exigir a colocação das disponibilidades cambiais no exterior, a ordem do fornecedor, antes da partida das mercadorias. As garantias bancárias deixaram de ter qualquer significado e aceitação junto dos mercados externos.

Numa conjuntura subordinada a orçamentos cambiais extraordinariamente restritivos e a dificuldades internas de mais diversa natureza, como as que acima descrevemos, compreende-se que não fosse fácil superar as dificuldades externas que a economia moçambicana defrontava.

As exportações tenderam a diminuir, como acima se salientou, embora em valor se pudesse notar uma pequena melhoria que se ficou a dever a aumentos de preços. Em contrapartida, os preços das importações aumentaram em muito maior proporção, em particular, os preços do petróleo e dos cereais. Estes dois produtos, indispensáveis para a simples sobrevivência da economia representavam, só por si, mais de 30% das verbas cambiais orçamentadas.

Compreende-se assim que, após a importação destes produtos, fossem escassas as disponibilidades em meios de pagamento externos para a importação de outras matérias-primas, de produtos acabados de consumo e de bens de equipamento, indispensáveis ao funcionamento e ao desenvolvimento da economia moçambicana.

A impossibilidade de mobilização dos «atrasados», em particular dos correspondentes a pensões de reforma, as restrições para a aquisição de algumas divisas a pretexto de viagens, foram fenómenos que vieram deteriorar consideravelmente o clima psicológico entre a população e os quadros de origem europeia.

A colaboração desta franja da população era indispensável, para uma transição sem sobressaltos, de uma economia colonial para uma economia post-colonial. Apesar da tomada de consciência para estes factos em Moçambique, não foi possível mobilizar no Continente as verbas indispensáveis para a satisfação dos compromissos referidos. De algum modo, a filosofia anterior ao 25 de Abril, no modo de encarar esta problemática, continuava prevalecente. Os resultados são conhecidos:

- O desmoronamento do muito do que na economia colonial poderia ainda ser aproveitado para começar a construir as bases de uma nova economia.

- A necessidade de fazer face, hoje e no futuro, a maiores custos, a pretexto de despesas de cooperação que, em muitos casos, cobrem serviços idênticos, e eventualmente com os mesmos personagens que os do momento da descolonização e que então se não quis assumir.

Lisboa, 30 de Abril de 1984.